

DE BONI, Luis Alberto. **A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval.** Porto Alegre: EST Edições/Editora Ulisses, 2010. 160p.

Sílvia Maria de Contaldo\*

“Tomás de Aquino cristianizou Aristóteles”. Frequentemente ouvimos e deparamo-nos com afirmações dessa natureza, por demais simplórias e que empobrecem a obra de dois grandes pensadores, cada a um a seu tempo. Pois bem. A obra *A entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval*, de Luis Alberto De Boni, medievalista de renome internacional, não só desfaz essas simploriedades, mas realinha o percurso que o conjunto da obra aristotélica percorreu ao longo da Idade Média e os diversos modos e etapas de sua recepção na cristandade latina, entre diversos autores, incluso Tomás de Aquino e também entre os árabes. Aliás, naquele mundo cultural, a Idade Média propriamente dita, a pergunta do autor é mais do que pertinente: que teria acontecido com a Filosofia se os árabes não a houvessem incorporado à sua cultura?

O livro apresenta em seus oito capítulos essa trajetória do *corpus aristotelicum* de forma inovadora, fixando-se mais nos problemas fundantes do que numa exposição manualística. E é nessa perspectiva que o primeiro capítulo explora e detalha um dos maiores obstáculos na compreensão dos filósofos antigos cuja obra fora escrita em outra língua, no caso o grego, ao passo que na Idade Média a língua oficial era o latim. O primeiro passo então é compreender ‘o que significa traduzir um texto’. O autor informa detalhadamente as transposições de obras aristotélicas para a língua latina, informando-nos inclusive sobre aquelas cuja tradução se perdeu. No segundo capítulo lemos o inventário de ‘Aristóteles traduzido para o latim’ em seus diversos contextos, demonstrando que “foi o movimento renovador que buscou Aristóteles, por perceber que este respondia às exigências de uma nova situação histórica [século XII] ”(p.28) e não o contrário.

Claro que esse assunto necessariamente requer desdobramentos que o autor não poderia deixar de abordar, e o faz no capítulo 3 intitulado “os problemas da tradução e da fidelidade ao autor”. Ali o autor mostra o trabalho peculiar das traduções no mundo medieval, bastante diversa das concepções modernas. Daí resultaram certamente muitas interpretações equivocadas, pois privilegiava-se ‘apresentar o texto latino, com as palavras fielmente transpostas, na ordem escolhida pelo autor,

---

\*Professora do Departamento de Filosofia do Instituto Dom João Resende Costa da PUCMINAS. E-mail: scontaldo@pucminas.br

ficando em segundo lugar a elegância da frase, e mesmo a clareza' (p.31). É nesse sentido que afirmar que Aristóteles fora simplesmente cristianizado seria uma leviandade. Há que se esclarecer os textos traduzidos, visto que o conjunto da obra aristotélica sofreu com a falta de recursos materiais. Por exemplo, a tradução da *Metaphysica Nova*, feita por Miguel Scotus, no período compreendido entre 1220 e 1235, “era tradução de tradução [...] afastava-se bastante do grego, deixava fora os capítulos iniciais e faltam-lhe os livros XI e parte do XII”(p.33).

Também por isso não se pode ignorar a influência árabe sobre a cultura do medievo e De Boni ressalta, no capítulo IV, quatro aspectos que marcam ‘a onda árabe’, a saber: a tradução dos textos científicos antigos para o latim feita a partir do árabe e não do grego; a predominância de grande número de obras de Aristóteles traduzidas primeiramente para o árabe, além de muitas obras pseudo-aristotélicas, também de tradução árabe que circulavam naquele ambiente cultural; a recepção de um Aristóteles, pelos árabes, matizado com cores neoplatônicas, o que contribuiu para sérias confusões entre os âmbitos filosófico e teológicos na Idade Média. E por fim, o que me parece ser essencial para a compreensão do Estagirita no ambiente medieval: “a prioridade cronológica do contato da civilização árabe com o mundo grego forneceu aos ocidentais um modelo de leitura de Aristóteles, modelo este do qual todos se valeram generosamente” (p.40). Além disso, para ilustrar a entrada de Aristóteles no mundo ocidental, a partir do século XII, o autor apresenta uma tabela das traduções latinas, de comentadores e obras originais, sem dúvida valiosa para estudantes e professores de Filosofia que desejam aprofundar sua pesquisa na área da Filosofia Medieval.

Posto o cenário e ambiência de recepção e lento trabalho de traduções, feitas muitas vezes em condições adversas, o autor passa a analisar as ressalvas das autoridades eclesiásticas ante o aristotelismo. É o tema do capítulo 5, rico em informações e detalhes histórico-bibliográficos, sem os quais não se compreende a difusão das obras de Aristóteles, as atitudes hostis e mesmo as proibições e a reviravolta cultural, muito bem declarada por São Boaventura (1221-1274) lá pelos idos de 1268: “nos meus tempos de aluno, ouvi dizer que Aristóteles colocava o mundo como eterno. Quando ouvi as razões e argumentos a respeito meu coração começou a tremer e a pensar: como isto é possível? Hoje, porém, isto é tão manifesto, que ninguém pode duvidar”

É justamente sobre o modelo arquitetônico de São Boaventura que o autor trata no capítulo 6, ampliando o edifício doutrinário do mundo ocidental medieval, cristão e latino, do qual Aristóteles é parte fundamental. Descreve a concepção filosófico-teológica de Boaventura, seu itinerário e compreensão daqueles textos que eram o fundamento daquela civilização teológica: textos

bíblicos, os Santos Padres, os neoplatônicos, Aristóteles, os comentadores árabes, enfim, ingredientes suficientes para cumprir seu objetivo: “seu propósito único foi o de transformar os alunos, os confrades e os ouvintes em cristãos aptos a receber aquele ‘saber soporativo’, prometido pela fé” (p.89)

Nesse mundo de ideias e ideais conflitantes seria de se esperar que a Filosofia ocuparia novo lugar. O capítulo 7 descreve minuciosamente esse lugar e os mestres medievais que redesenharam o status quo da Filosofia. Nem mais nem menos importante que outros saberes, ainda que hierarquizados – visto que ser a *theologiae mater regina*. As obras produzidas naquele período estão aí elencadas, revelando os conflitos de interpretação que marcaram o saber medieval. Por exemplo, Siger de Brabante, Boécio da Dácia são exemplos ilustres do clima cultural que seria marcado pelas famosas condenações de 1277, entre as quais estavam algumas teses de Tomás de Aquino. De qualquer modo, tornava-se claro que não se podia prescindir de ‘dois níveis epistemológicos de leitura’, o da Universidade e o da Igreja.

Na conclusão da obra *De Boni* explicita o ideal de vida do filósofo renovado pelos estudos de Aristóteles e recepção de suas obras nas Universidades. É verdade que esse tema perpassa toda a história da Filosofia, desde os gregos. Na ‘cidade das letras’ a pergunta pelo agir humano, pela felicidade, também era tematizada pelos filósofos e teólogos, obviamente com respostas divergentes. Coube a Tomás de Aquino, baseando-se no seu conhecimento minucioso da obra aristotélica, propor que o homem, nessa vida, consegue a felicidade imperfeita e, somente na outra vida, a felicidade perfeita, dada por Deus. O frei dominicano e brilhante professor apoiava-se em Aristóteles para estabelecer essa distinção e, de certa forma, desfazer pretensões que não estão ao alcance do homem, pois o Estagirita já declarara que os ‘homens podiam ser felizes enquanto homens’ (Ética, I, 1101 a 19-21). Essa proposta filosófica é apenas uma, entre tantas, que Tomás de Aquino – e tantos outros medievais – receberam de Aristóteles sem cristianizá-lo.

Embora esse não seja o fio condutor da obra, penso ser suficiente para reafirmar o que o autor declara ao final da obra: o ‘Ocidente jamais seria o mesmo’(p.138) depois da entrada de Aristóteles e seria uma leitura quase míope considerar que seu papel (de Aristóteles) tenha sido apenas ser pedágio para o cristianismo.